

QUEBRANDO A REGRA: A constituição de outro sindicato dos mineiros na Capital do Carvão. Criciúma, SC, 1961.

Antonio Luiz Miranda*

Em Criciúma o movimento de oposição ao golpe militar estava concentrado principalmente no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. A direção desse sindicato desde 1957, com a presidência de Antônio José Parente, tinha uma postura classificada de combativa por Volpato. Seus diretores eram militantes ou eram influenciados pela política do Partido Comunista Brasileiro-PCB. Segundo Terezinha Gascho Volpato:

Foi nesse período compreendido entre os anos 1957 e 1964 que se formou um sindicato identificado socialmente com a luta e a resistência. Esta imagem de sindicato forte era partilhada pelos mineiros e pela população da região. O fortalecimento do grupo era avaliado principalmente pelo poder de compra dos salários. Na comparação entre vários períodos, há unanimidade em reconhecer aquele tempo de lutas como o período de grandes conquistas salariais. (VOPATO, 2001:166)

É possível identificar esse período da história dos mineiros, de intensa atividade reivindicatória, como no momento em que esses se constituem como o modelo de categoria combativa, tornando-se referência para as outras categorias de trabalhadores de Santa Catarina.

O Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão de Criciúma foi criado em 1944 como associação e recebeu carta sindical em maio de 1945. O ato de criação foi presidido pelo representante da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina. Segundo Volpato, “a fundação da associação profissional pelo Delegado Regional do Trabalho, com vistas à próxima criação do Sindicato, é recebida pelos mineiros com desconfiança”(VOLPATO, 1984:111).

Segundo a autora, havia entre os mineiros um movimento clandestino visando à criação da associação. A iniciativa dos representantes do Estado em se antecipar e

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC/2013. Professor do Curso de História na Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC.

fundar uma associação, com apoio dos patrões, apareceu como uma ingerência no processo autônomo que estava em curso da base da categoria.

Em 1944 havia o contexto do autoritarismo do Estado Novo de Getúlio Vargas, além disso estava acontecendo a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o governo mantinha os salários dos operários “arrochados” em seu poder de compra. Como afirma Mattos, os operários eram considerados “os soldados da produção”. Porém, naquele momento Vargas já percebia um movimento forte de oposição ao seu governo, bem como um alto índice de descontentamento das classes trabalhadoras.

Mattos observa que nesse ano ocorreram greves significativas, entre elas a dos mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (MATTOS, 2003: 22). É possível identificar certa relação com o descontentamento dos mineiros de Criciúma, como apontou Volpato, quando da criação da associação por representantes do Ministério do Trabalho de Vargas. Isto é, a mobilização dos mineiros gaúchos repercutiu entre os mineiros catarinenses. Levando-se também em conta que a região de Criciúma já era a maior produtora de carvão mineral do Brasil.

O setor carbonífero era considerado estratégico para o país. E toda a atividade dos trabalhadores tinha o olhar atento do governo. Os reajustes dos salários dependiam dos reajustes no preço do carvão que era determinado pelo governo federal. Nesse sentido, desenvolveu-se entre os mineiros um interesse importante pela política nacional.

Entre 1957 e 1964 o Sindicato dos Mineiros de Criciúma comandou uma série de greves principalmente por melhores salários e condições de trabalho para a categoria. Porém, a postura combativa do grupo liderado por Parente sofreu a oposição articulada por empresários, padres e membros da própria categoria que se vinculavam politicamente com os primeiros.

O primeiro revés da diretoria combativa do Sindicato dos Mineiros foi a derrota na greve dos trabalhadores da carbonífera Metropolitana em janeiro de 1960 (LEMOS,

2008: 54). Essa empresa havia passado para as mãos dos empresários Diomício Freitas e Santos Guglielmi, empresários da região e ativos participantes da política local, bem como com fortes ligações com os governos estadual e federal de então.

Ao deflagrarem a greve, os operários da Metropolitana contrariaram a opinião do líder operário local, Zelindro Serafim, vereador pelo PTB e opositor da diretoria do sindicato, mas tiveram o apoio de Antonio Parente, então presidente da entidade (LEMOS, 2008: 56).

A reação dos empresários foi implacável em relação aos grevistas. Demitiram as lideranças, inclusive os que já tinham estabilidade no emprego. Em contrapartida, a direção do sindicato não conseguiu reverter as demissões, nem estabelecer um acordo razoável em favor dos trabalhadores. Segundo Lemos, a derrota dessa greve desestabilizou e enfraqueceu a direção combativa do sindicato.

Lemos aponta ainda a formação de uma associação de trabalhadores das minas da região do Distrito de Rio Maina, onde se localizava a Carbonífera Metropolitana, entre outras, que comportavam praticamente metade da categoria, paralela e de oposição à diretoria do sindicato. Essa associação foi patrocinada pelos proprietários da empresa, pelo padre Cizesk, um aliado dos empresários ligado à UDN e anticomunista declarado, além do grupo de trabalhadores que disputaram e perderam as eleições para a direção do sindicato.

Essa associação conseguiu rapidamente a carta sindical, constituindo assim o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina. Isto é, criaram um sindicato na mesma base territorial, o que é proibido pela legislação trabalhista brasileira.

O Sindicato dos Mineiros de Rio Maina pode ser considerado caso raro no Brasil, pois quebra a regra da unicidade sindical definida na CLT desde 1943. Foi criado com o objetivo de enfraquecer o sindicato de Criciúma que era dirigido na época por Antonio José Parente e seu grupo, ligados politicamente ao PCB e a ala mais

combativa do PTB. A influência do empresário Diomício Freitas, então deputado federal, foi decisiva na elaboração da carta sindical.

Além do empresário, participaram do *lobby* junto ao Ministério do Trabalho membros do alto clero da Igreja Católica, como fica evidenciado no jornal da época:

Teria o Presidente João Goulart – em entrevista com Doulet de Andrade – se mostrado incomodado com a divisão do operariado de Criciúma e inclusive com a pluralidade sindical. Por outro lado, para transformar a Associação de Rio Maina em Sindicato, seguiram para o Rio de Janeiro diversos líderes operários, acompanhados do Bispo Dom Anselmo Pietrulla, com o objetivo, também, de conseguir aumento salarial para a classe. Para alcançar tais finalidades, lançariam mão da influência do Arcebispo de São Paulo junto ao Ministro Franco Montoro, bem como a ascendência do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara sobre o Presidente.(JORNAL DE CRICIUMA.17/12/1061).

A citação acima indica como a cúpula da Igreja agiu na época. Isto é, explicitamente se envolvendo no meio da luta operária. Sua intenção era minar a força dos militantes ligados ao Partido Comunista e do PTB mais combativo que controlavam o sindicato de Criciúma.

Além dessa investida vitoriosa junto ao Ministério, pois conseguiram de fato a carta sindical, os padres e o empresário promoveram uma forte campanha de convencimento entre os trabalhadores da base. O conteúdo da matéria do jornal indica que, além da carta sindical, pleiteavam também aumento salarial para a categoria. Isto é, era uma forma de demonstrar aos trabalhadores como poderiam utilizar sua influência junto ao governo federal em benefício dos trabalhadores.

Outro forte argumento utilizado para convencimento da categoria foi a proximidade do sindicato com o local de moradia dos trabalhadores e suas famílias. Como a prática do assistencialismo era muito forte no sindicalismo da época, a possibilidade de ter esses serviços perto de suas casas influenciou bastante os trabalhadores da região do distrito de Rio Maina.

O assistencialismo era a prática normal do sindicalismo, pois a própria CLT previa esse papel para as entidades sindicais dos trabalhadores. No próprio combativo sindicato de Criciúma essa era uma prática naturalizada.

Mesmo criado para dividir a categoria dos mineiros e manter a entidade sob controle, o sindicato de Rio Maina teve seus momentos de combatividade. Entre 1967 e 1969 o sindicato de Rio Maina foi dirigido por Domingos Antonio dos Santos, considerado por Volpato “um líder autêntico” por suas posições de enfrentamento aos patrões e em defesa dos interesses da categoria. Boião, como Domingos era conhecido, foi cassado em 1969, assumiu em seu lugar Alberto Manenti. Este, com posições muito mais conciliatórias, administrou o sindicato até abril de 1977. Deixou a direção em meio à crise envolvendo as eleições sindicais de 1976. (VOLPATO, 1984:129).

Ainda segundo Volpato, o Sindicato de Rio Maina durante as décadas de 1960 e 1970 sofreu algumas intervenções da Delegacia Regional do Trabalho motivadas, normalmente, por má administração, desvio de recursos por parte de diretores, fraudes eleitorais, etc. Isto é, mesmo sendo criado por um grupo de trabalhadores que tinham ligações políticas com os empresários e se propunham a administrar o sindicato de forma cooperativa com o governo e os patrões, não escapou a intervenções dos órgãos oficiais utilizados pelo governo militar a fim de controlar as atividades sindicais.

Nesse ponto, é interessante observar que estas intervenções, constantes na época, somente ocorreram nos sindicatos dos mineiros de Criciúma e de Rio Maina. Não se tem notícias de intervenções no sindicato dos ceramistas, tampouco nos metalúrgicos, entidades que também foram criadas no período pré-1964 e representavam as duas outras categorias de operários dos setores mais importantes da região.

Os mineiros se constituíram historicamente como combativos, patrocinaram enfrentamentos grevistas importantes, desafiaram, muitas vezes, determinações legais. Além disso, o setor carbonífero era considerado estratégico para a nação. Nesse sentido, é possível afirmar que o interesse das autoridades por essa categoria era mais efetivo, gerando então intervenções constantes.

Outro elemento a acrescentar em relação aos sindicatos dos mineiros é a questão interna à categoria. Mesmo durante o período repressivo houve disputas entre grupos pelo controle dos sindicatos. Isso nos indica que mesmo as diretorias interventoras ou alinhadas aos empresários não conseguiram estabelecer hegemonia na base da categoria.

Na base do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde 1975, surgiu um movimento de oposição à direção da entidade. Segundo Volpato, “os mineiros, insatisfeitos com a administração sindical, passaram a se organizar, através da realização de reuniões, onde debatiam os problemas da categoria” (VOLPATO, 1984: 130).

O grupo era liderado por Luiz Mendes Xavier, militante do MDB local, que chegou a ser eleito vereador por esse partido anos mais tarde a esse episódio. Volpato avalia que a desatenção da diretoria do Sindicato com esse movimento de oposição possibilitou que esses conseguissem inscrever a chapa para as eleições sindicais de 1976. Porém, ao ser dar conta da amplitude do movimento a diretoria do sindicato, junto com os empresários, resolveu intervir no processo. Primeiro tentaram aliciar candidatos da chapa de oposição, como foi o caso de Domingos Alamini, candidato a vice-presidente.

Segundo Alamini, ele chegou a ser procurado por um filho de minerador que lhe ofereceu um cargo de capataz geral em troca de sua desistência em concorrer na oposição, porém, segundo ele, deu uma resposta taxativa ao empresário, conforme relatou a Volpato:

Durante 18 anos trabalhei aqui e nunca fui procurado por vocês. Só agora que a gente espera poder ajudar o operário, um pouco mais, no sindicato, vocês vêm com este agrado. Olha, pode dizer ao seu pai que este cargo ajuda só a mim, mas não ajuda aos coitados dos operários que trabalham sem condições. Eles é que precisam ser ajudados. Você que é filho de minerador, não sabe o que é ser mineiro, trabalhar na escravidão e não dar conta de atender a família. Depois disso eles não procuraram mais a gente. Nós registramos a nossa chapa e concorreremos (VOLPATO, 1984:131).

Esse relato foi extraído durante as pesquisas de Volpato no início dos anos 1980. Possivelmente o autor do relato, Domingos Alamini, carregou um pouco com palavras mais contundentes no seu depoimento. O importante, no entanto, foi o registro da ação dos mineradores, junto com a então diretoria do sindicato, na tentativa de aliciar membros da oposição e própria negativa destes. Isto é, não conseguiram, pelo menos no primeiro momento, impedir a inscrição da chapa de oposição.

A ousadia dos opositoristas causou espanto nos dirigentes da época e principalmente no empresário Diomício Freitas, líder político local e defensor fervoroso do golpe militar. Aquele momento era ainda de vigência do AI-5, além disso estava em pleno curso a chamada Operação Barriga Verde, operação dos militares que estavam sequestrando opositores e membros do clandestino PCB.

Tratava-se de uma conjuntura adversa, mas mesmo assim não impediu que um grupo de trabalhadores descontentes organizasse uma resistência à situação.

Terezinha Gascho Volpato descreveu passo a passo o desenrolar desse processo que durou de 1976 a 1979. A citação é importante para analisar e perceber que mesmo no período considerado mais duro do regime parte da classe operária não se calou:

1 – Em tempo hábil, duas chapas se registraram para concorrer às eleições com vistas à direção sindical. Chapa 1, cujos candidatos eram apoiados pelas companhias carboníferas e pela então diretoria do sindicato; Chapa 2, considerada de oposição pelas empresas e pelo sindicato.

2 – Na campanha eleitoral, a situação, como é comum, dispunha de todo o apoio da máquina sindical, em termos de divulgação e prestação de serviços além da ajuda incondicional das empresas, da prefeitura, da DRT, da Justiça do Trabalho, enquanto a chapa de oposição lutava com os poucos recursos próprios.

3 – Cinco dias antes da eleição, marcada para os dias 3 e 4 de novembro de 1976, o candidato à presidência pela oposição Luiz Mendes Xavier, teve seu nome vetado. Entrou com recurso, conseguindo uma liminar, e assim, concorreu as eleições condicionalmente, de pendendo sua eventual posse do julgamento do processo.

4 – A eleição se realizou na data prevista e, apurada a votação, registrou-se o resultado seguinte: Dentre 2039 eleitores, a Chapa 1, da situação, recebeu 706 votos; a Chapa 2, da oposição, recebeu 1023 votos; nulos e brancos, 310 votos.

Nesta ocasião a chapa de oposição, mesmo obtendo a maioria dos votos, não foi declarada eleita, pois não conseguiu a maioria para o Conselho Fiscal. Isto é, numa evidente manobra da mesa diretora das eleições, com o beneplácito do Delegado Regional do Trabalho, acabaram anulando o pleito, mesmo sob protesto e recursos feitos pela oposição. Marcaram a repetição das eleições para 19 e 20 de novembro, duas semanas após, mas essa também não acabou se realizando, novas artimanhas do

conluio direção do sindicato, empresários e DRT prorrogaram o pleito para o início do ano seguinte.

O resultado das eleições apontou que a maioria dos eleitores optou pela chapa de oposição. Isso indica algumas questões que podem ser consideradas: a então direção do sindicato, liderada por Alberto Manenti, estava à frente da entidade desde 1969 quando substituiu o cassado Boião, presidente que tinha grande apoio na base da categoria. Isto é, Manenti era visto como usurpador, não conquistando legitimidade entre os trabalhadores.

Possivelmente Manenti também não conseguiu compensar a categoria oferecendo um serviço de assistencialismo que apaziguasse os ânimos. Nesse sentido, facilitou o crescimento do descontentamento da base em relação à direção do sindicato, pois esperava desse, pelo menos, um atendimento decente.

Diomício Freitas², astuto empresário e político, quando patrocinou a criação do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, burlando a própria lei, pretendia separar o seu rebanho de operários da influência dos comunistas presentes no sindicato de Criciúma. Como não conseguiu derrotar, via eleitoral, os sindicalistas “autênticos”, criou uma entidade onde se localizava sua empresa. Mas, no pleito de 1976, o empresário encontrou dificuldades para garantir o controle do sindicato. Obrigou-se então a utilizar outros mecanismos para manter o seu domínio sobre a entidade sindical.

Na sequência apontamos o desenrolar do processo como relatado por Volpato. O nome do empresário Diomício Freitas não aparece diretamente no relato, mas sabemos que, em última instância, quem dava as ordens para as ações da diretoria, do DRT e da própria polícia era o dito empresário.

5 – As eleições foram marcadas para os dias 3 e 4 de janeiro de 1977. Três dias antes das eleições, a chapa de situação encabeçada por Aristides Motta, renuncia a candidatura. No dia das eleições, os

² Esse empresário foi um dos proprietários da Carbonífera Metropolitana na década de 1960. Também patrocinava o Metropol, equipe de futebol de muito sucesso em Santa Catarina naquela década. Essa equipe tinha como mascote um carneiro. Esse termo, carneiro, era utilizado entre os operários para identificar os trabalhadores que tinham postura submissa aos patrões. Por isso utilizo o termo “rebanho de operários” para me referir à forma como Diomício Freitas tratava os trabalhadores de suas empresas.

operários, ao se dirigirem para a sede do sindicato, local das eleições, foram impedidos pelos militares e policiais que cercavam o local. Os candidatos da chapa de oposição concorrente às eleições, agora única, solicitaram explicações e não foram atendidos. A ordem superior era, simplesmente, “suspensão das eleições”.

6 – Alberto Manenti, em 24 de abril de 1977, em Assembléia Geral, renuncia à administração do sindicato, com os demais membros da diretoria. Nesta ocasião foi nomeada uma Junta Governativa, presidida por Valdir Rousseng.

Nessa sequência percebe-se o grupo da situação com problemas internos. A desistência da chapa às vésperas das eleições indica que os membros tinham consciência que a oposição ainda contava com o apoio da maioria dos trabalhadores da base. Por outro lado, a renúncia de Manenti em abril de 1977, então presidente, indica que o grupo dirigente, depois de oito anos à frente da entidade, não estava conseguindo manter o controle do processo.

7 – Novas eleições foram marcadas para os dias 19 e 20 de dezembro de 1977. Inscreveram-se três chapas: Chapa 1, encabeçada por Nereu Agostinho; chapa 2 por Luiz Mendes Xavier; chapa 3 por Dalci Schaucoski.

Passados um pouco mais de um ano do primeiro processo eleitoral aparece mais um grupo para disputar o controle do sindicato. Na verdade a terceira chapa tratava-se de uma divisão do grupo da situação. Mais uma vez foi utilizado dos aparatos repressivos para garantir a vitória dos aliados. No encerramento do primeiro dia das eleições a polícia militar retirou as urnas do local de votação levando-as para local ignorado pela oposição. Essa atitude contrariava as próprias leis referentes a eleições sindicais vigentes na época. A oposição, mesmo denunciando e protestando, não foi ouvida.

Mesmo utilizando-se, mais uma vez, do aparato repressivo, o grupo situacionista não conseguiu garantir a vitória eleitoral, além disso, aumentava o descontentamento na base da categoria, pois essas manobras eram denunciadas pela oposição, o que causava indignação entre os trabalhadores.

8 – Nenhuma das chapas conseguindo o número de votos previstos em lei, procede-se a segunda convocação para os dias 4 e 5 de janeiro de 1978.

Mais um capítulo no arrastado processo eleitoral do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina ocorreu em janeiro de 1978. O grupo de Luiz Mendes Xavier chamou seus eleitores a votarem apenas no segundo dia das eleições, no sentido de dificultar a fraude que eles temiam que fosse praticado pela mesa diretora. Isso indica que mesmo depois de um longo processo a oposição ainda se mantinha fortalecida e com grande adesão da base.

No final do primeiro dia a mesa diretora do processo eleitoral se deu conta da baixa participação do eleitorado. Diante do fato, não teve nenhum constrangimento em mobilizar o aparato policial para sua proteção e declarar nulas as eleições com a seguinte afirmação: “A suspensão do pleito, para instauração do competente inquérito, apurando responsabilidades e restabelecendo a ordem maliciosa e criminosamente subvertida” (VOLPATO, 1984:134).

A campanha da oposição para que os eleitores votassem apenas no segundo dia das eleições virou caso de polícia. Percebe-se que até certo ponto o grupo de oposição conseguiu implementar uma disputa no interior da categoria, demonstrando assim que parte dos trabalhadores descontentes com a situação, mesmo numa conjuntura adversa, conseguiram encontrar brechas de possibilidades de manifestação política.

Por seu lado, os patrões e seus aliados, mesmo com todo aparato repressivo ao seu lado, não conseguiram impedir a manifestação da oposição, porém, quando foi necessário, utilizaram todos os mecanismos legais e ilegais que estavam a sua disposição.

O desfecho desse processo se deu apenas em março de 1979, como segue no relato abaixo:

9 – Novas eleições foram marcadas para março de 1979, considerando-se que as várias eleições realizadas desde 1976 foram frustradas. A esta terceira eleição, em segunda convocação, concorreram apenas as chapas 1 e 3. A chapa 2 de Luiz Mendes Xavier, Domingos Alamini e José Pilar, fora cassada pouco dias antes das eleições. Os candidatos impetraram mandato de segurança, solicitando uma liminar a Delegacia Regional do Trabalho, mas não obtiveram resposta, ficando impedidos de concorrer(VOLPATO,1984:132 a 134).

Após praticamente três anos de disputas a última alternativa encontrada pela situação foi impugnar a oposição nas vésperas da eleição. Mesmo assim, analisando os resultados desse pleito, verificamos um claro descontentamento de grande parte dos trabalhadores da base:

TABELA 5: RESULTADO DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS MINEIROS DO DISTRITO DE RIO MAINA, CRICIÚMA – MARÇO DE 1979.

Total de associados aptos a votar	1.914
Votos na chapa 1	355
Votos na chapa 3	561
Votos brancos	103
Abstenções	895

Fonte: Livro de Atas numero 3. In: VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984. P. 134.

Apesar de a chapa 3, liderada por Dalci José Schaucoski, ser declarada eleita, mais de 50% dos trabalhadores aptos a votar não compareceram às urnas. Pode-se avaliar como uma vitória moral da chapa 2 de oposição cassada. Os membros do grupo de oposição optaram por buscar os meios supostamente legais para tentar reverter sua cassação. Obviamente foi um recurso inócuo. O processo nunca foi julgado.

A segunda metade da década de 1970 foi bastante conturbada no sindicato de Rio Maina. A força demonstrada pelo movimento de oposição não foi desprezível, levando-se em conta que foi no território dominado por Diomício Freitas, talvez o político local mais influente e afinado com o regime militar naquele período.

A coesão da base da categoria em torno da chapa de oposição foi uma importante demonstração de resistência às imposições do regime da época. Isso pode explicar por que a situação teve dificuldades em derrotar o grupo oposicionista no primeiro momento. Por outro lado, quando os dirigentes situacionistas acionavam os aparatos da ditadura a oposição não conseguia reagir de forma contundente. A reação

limitava-se a denunciar e entrar com recursos legais. Pode-se afirmar que esse era o limite da resistência.

Mesmo passando por esse momento de turbulência, a marca histórica do Sindicato dos Mineiros de Rio Maina, desde sua fundação em 1962, foi o assistencialismo. Isto é, desde sua criação o sindicato foi estruturado para essa prática, colocando médicos, dentistas e outros serviços à disposição dos associados.

Era a contrapartida apresentada a parte da categoria dos mineiros de Criciúma que se tornaram base desse sindicato. Isto é, deixaram um sindicato que liderava lutas reivindicatórias e buscava através da mobilização conquistas salariais para a categoria por um sindicato conciliador, mas que oferecia serviços tão importantes para os trabalhadores e suas famílias.

O sindicato de Rio Maina nasceu para dividir uma categoria que se caracterizava por sua combatividade. Seu modelo foi o assistencialismo. Segundo Boito Jr. o assistencialismo foi a característica do sindicalismo brasileiro no período entre 1968 e 1978:

A principal e praticamente única atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-78 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais – serviço médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudo, etc... convertendo-se esses sindicatos em espécie de agência da Previdência Social.(BOITO JR,1991: 47)

O assistencialismo foi o papel imposto ou aceito ao sindicalismo brasileiro durante o período militar. Esse tipo de sindicalismo substituíu de certa forma a função do Estado, principalmente em relação ao atendimento à saúde. O papel reivindicatório ficava em segundo plano ou não era praticado.

Num período de repressão e autoritarismo esse tipo de sindicato legitima-se entre a classe operária. Nesse sentido, a oposição organizada na base do sindicato de Rio Maina a partir de 1975 aparece como contraponto ao modelo imposto. A prolongada disputa, com a diretoria utilizando as mais variadas artimanhas, recebendo

para isso apoio direto dos empresários, da Delegacia Regional do Trabalho e até do aparato policial, não conseguiu calar totalmente a voz da oposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO Jr. Armando (Org.) O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

Jornal de Criciúma – 17 de dezembro de 1961.

LEMOS, Gustavo Perez – Mineiros e Sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma (1953-1964). Florianópolis, 2008, Diss. (Mestrado), UFSC.

MATTOS, Marcelo Badaró – O Sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2003.

VOLPATO, Terezinha Gascho – Vidas Marcadas – Trabalhadores do Carvão. Tubarão - SC. Editora Unisul, 2001.

VOLPATO, Terezinha Gascho – A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma. Florianópolis, Ed. UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 1984.